

Tabela 18 - Decretos Estaduais de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos, suas ementas e a descrição do respectivo assunto normatizado.

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Certificação	Decreto nº 3526, de 15 de dezembro de 1998.	Aprova o Regulamento do Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira, instituído pela Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998	O selo de qualidade será confeccionado em papel auto-colante, com tamanho único de 4x4 cm, com formato e cores constantes do Anexo único da Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998. O fornecimento do selo será gratuito e deverá ser afixado nos produtos e subprodutos comestíveis elaborados na pequena agroindústria familiar rural e pesqueira inscrita no Propagro, registrada no SIE/SC e que atenda ao padrão de edificação, de segurança pública, de trabalho, de horário de funcionamento, de regularidade tributária e de normatização higiênico-sanitária.	Estadual
Crédito	Decreto nº 3.526, de 15 de dezembro de 1998.	Aprova o Regulamento do Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira, instituído pela Lei nº 10.731, de 30 de março de 1998	<p>Poderá habilitar-se ao Propagro o agricultor familiar e o pescador artesanal que cumprir as exigências desta norma. Será permitido o acesso ao Propagro de grupo organizado para a criação de uma pequena agroindústria familiar rural e pesqueira, cabendo ao Cederural estabelecer as normas para a participação e as prioridades para financiamento.</p> <p>Fica aprovado o anexo Regulamento do Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira.</p> <p>Para efeito deste Regulamento entende-se por: <u>Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira</u>: a unidade produtiva que contempla a terra agrícola, a agropecuária e aquícola, as instalações e equipamentos do agricultor familiar, a embarcação, o conjunto de equipamentos utilizados na extração pesqueira e o processo de cultivo em águas de domínio público do pescador artesanal; <u>produtos e subprodutos</u>: alimentos de origem animal e vegetal elaborados na pequena agroindústria familiar rural e pesqueira; <u>padrão de edificação, normatização higiênicosanitária e cronograma de produção individual e coletiva</u>: o estabelecido na Lei nº10. 610, de 01 de dezembro de 1997, e no Decreto nº 3.100, de 20 de julho de 1998.</p>	Estadual

(continua)

Tabela 18 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Sanidade	Decreto nº 2.919, de 01 de junho de 1998.	Aprova o Regulamento da Política de Defesa Sanitária Animal no Estado de Santa Catarina, instituída pela Lei 10.366, de 24 de janeiro de 1997.	Para os efeitos deste Regulamento, designa-se: animal: mamíferos, aves, peixes, anfíbios, quelônios, moluscos, crustáceos, répteis, abelhas e bicho-da-seda; produtos animais: carne, leite, pescado, mel, ovos, seus derivados e outros produtos e subprodutos de origem animal destinados à alimentação humana, ao uso opoterápico ou industrial; estabelecimento: local onde se realiza uma ou mais das seguintes atividades: diagnóstico, medicação, manutenção de animais para qualquer finalidade, abate de animais, manipulação, armazenamento e comercialização de produtos e subprodutos animais e produtos de uso veterinário.	Estadual
	Decreto nº 3.100, de 20 de julho de 1998.	Aprova o Regulamento das Normas Sanitárias para a Elaboração e Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal no Estado de Santa Catarina.	Para efeito deste Regulamento entende-se por: <u>produtos artesanais</u> - qualquer produto comestível de origem animal e vegetal elaborado em pequena escala que mantenha características tradicionais, culturais ou regionais <u>estabelecimento</u> - a estrutura física destinada ao recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima, elaboração, acondicionamento, reacondicionamento, armazenamento e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal; <u>estabelecimento de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos</u> - o estabelecimento destinado à elaboração de produtos artesanais de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, enquadrado nos seguintes parâmetros: a) produção máxima individual: 2,5 (duas e meia) toneladas/mês; b) para grupo, associação ou cooperativa: produção correspondente ao somatório do volume por produtor, desde que não exceda 5 (cinco) vezes o limite individual.	
	Decreto nº 761, de 21 de dezembro de 2011.	Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.748, de 12 de julho de 1993, que aprova o regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.	Entende-se por entreposto em supermercados e similares o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento, manipulação, espotejamento, fatiamento, reembalagem, rotulagem, estocagem, comercialização e distribuição de produtos de origem animal, atendidas as exigências previstas nas boas práticas de fabricação, conforme a classificação em que se enquadrar.	